

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*

MANOEL FRANCISCO BRITO — *Diretor Presidente*

ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*

WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*

DACIO MALTA — *Editor*

MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*

ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

Politicamente Incorreto

O Legislativo brasileiro podia adotar os três macaquinhos orientais — um tapando a boca, outro tapando os olhos e outro tapando os ouvidos — como símbolos da instituição que não gosta de se explicar, prefere não ver e se faz de surda para não ouvir o que a opinião pública sempre pensou mas só agora começa a dizer daqueles que a representam politicamente.

O orçamento do Congresso para obras de reforma e construções bate nos US\$ 104 milhões. Expresso em cruzeiros, daria um susto no contribuinte. Em dólar o valor se mantém. Não é casual nem extemporânea a iniciativa do presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, de mudar a entrada principal para a Esplanada do Ministério: as várias hipóteses de emergência passam a dispor de meia dúzia de saídas.

Uma centena de milhões de dólares, saídos do bolso do contribuinte, através do Tesouro Nacional, não combina com o recato indispensável a um Poder que se renova pelo voto periódico dos cidadãos. Os representantes do povo não abrem mão nem do supérfluo. Estacionamento, passarela, ampliação de prédios, novo prédio para a biblioteca do Senado, reparos e reformas em residências de parlamentares podem ser adiados sem prejuízo da baixa produtividade legislativa. A moralidade pública agradecerá a consideração.

Num país sem saneamento básico, qual a urgência para a substituição de 450 aparelhos de ar condicionado no plenário e nos anexos da Câmara por um sistema central de refrigeração? Qual o

sentido social ou político, num país carente de hospitais, de reformar as residências de parlamentares ou do auxílio-moradia aos que preferem morar em hotéis pagos pelo contribuinte? Só estes custam US\$ 77 mil por mês.

Não é, politicamente, a posição mais correta da Câmara e do Senado desconhecer os sentimentos que a sociedade reprime com crescente dificuldade. A vontade geral é no sentido de externar o inconformismo crescente. Um deputado resolveu interpretar a indignação com uma ação popular contra as obras como recurso para retardar a explosão. As duas últimas eleições elevaram a 70% a taxa de renovação parlamentar, mas em vão. E a próxima, no ano que vem? Os novos parlamentares que chegam acabam imitando os reprovados nas urnas.

Já se foi o tempo em que os políticos intimidavam a opinião pública brandindo o sofisma de que a crítica contundente à representação depreciava a instituição e encaminhava soluções autoritárias. O entendimento democrático hoje é outro: o que abala a confiança no Congresso não é a crítica, mas o comportamento reprovável de deputados e senadores que fazem da vida pública meio de sobrevivência política ou expediente para enriquecimento pessoal.

Já que passou a ser este o entendimento, não há motivo para poupar uma representação que exprime com prioridade ambições pessoais e de grupos. A indignação, uma vez desencadeada, foge ao controle dos partidos e extravasa os canais competentes da crítica.